

Fatores econômicos, naturais e culturais na agricultura familiar: Uma crítica ao reducionismo da teoria econômica.

MALAGODI, E. A., MENEZES, M. A.¹

Resumo

A concepção clássica de Economia (Quesnay, Smith, Ricardo e também Marx) implicou em um processo de reducionismo teórico, que se revelou útil para a compreensão do processo de implantação do capital na agricultura, mas insuficiente para entender todo o espectro de relações sociais no campo. Indaga-se aqui, em que medida as contribuições do historiador inglês E. P. Thompson, particularmente seu conceito de “economia moral” podem ser úteis para uma nova compreensão da agricultura familiar no contexto do modo de produção capitalista. E isto, porque a produção familiar rural, ainda que possa ser estudada do ponto de vista estritamente econômico, tal estudo não dá conta da relação da agricultura familiar com o patrimônio natural (a terra e suas condições naturais específicas), e o patrimônio material e cultural, à disposição de cada geração de agricultores. Apesar da enorme importância destes fatores para a agricultura familiar, estes não são igualmente “econômicos”, no sentido desejado da teoria econômica oficial. Deste modo é possível afirmar que, assim também como a imposição das leis do mercado representou a demolição do modelo da economia moral da multidão, também, no plano da produção familiar, a imposição de um modelo único de mercado representa o desconhecimento da pluralidade de situações e valores da economia agrária familiar.

Abstract

¹ Edgard A. Malagodi (edgard@paqtc.rpp.br), UFPB/PPGS e Marilda A. de Menezes (marildamenezes@uol.com.br), UFPB/PPGS. Endereço: Rua Joaquim Caroca, 196 – Bodocongó. Campina Grande PB Cep 58.109-080 Tels. (83) 333-3528 Fax (83)310-1051 Instituição: Universidade Federal da Paraíba – Campus II (Programa de Pós-Graduação em Sociologia)

Economic, natural and cultural aspects of family farm: a critique to the economic determinism.

The classic conception of Economy (Quesnay, Smith, Ricardo and also Marx) lead to consolidate a theoretical frame centered on economic determinism, which revealed itself suitable for understanding the process of agriculture capitalist development. However, it is proved to be insufficient to understand the whole range of agrarian social relations. In this paper, we want to discuss in what extent the contributions of the English historian E. P. Thompson, particularly his concept of “moral economy”, could be useful for a new understanding of the family farm economy within the capitalist system. Family farm can be studied only through an economic perspective, however this does not contemplate the relation between many aspects of the rural familiar system and natural, material and cultural resources available to each generation of farmers. In spite of the great importance of these factors to the family farm, they are not typically “economical” according to the classic economic theory. As we could say that the imposition of the market laws represented a destruction of the “moral economy” of the multitude, we can also think that a model centered only on the primacy of market represents the negation of the diverse situations and values among family farmers.

Introdução:

Em que medida os paradigmas da moderna ciência econômica oferecem uma base teórica adequada para a compreensão da agricultura familiar? A agricultura familiar representa hoje um leque de sistemas agrários variados e diversificados, fundados em um espectro igualmente variável de recursos naturais (terra e água), relações sociais e cultura material e imaterial. Em que medida, a mesma base teórica que permite o estudo da produção capitalista no campo oferece condições para entender a agricultura familiar?

O capitalismo dominou a agricultura apenas de forma lenta e gradual, escreveria Marx a meados da década de 1860, nos manuscritos do Tomo III do

Capital. No entanto, esta afirmação, assumida por muitos autores contemporâneos, não dá conta da complexidade que significa o desenvolvimento e o funcionamento do setor agrário dentro do modo de produção capitalista. Na verdade, os marxistas não se debruçaram suficientemente sobre a rápida evolução da agricultura, desde meados do século XVIII, na Inglaterra e em todo o mundo, para incorporarem em seus esquemas teóricos a especificidade do movimento do capital na agricultura, em cada novo ciclo da economia mundial, como também para compreenderem a diversidade de relações sociais que se estabeleceram no setor agrário.

Esta comunicação objetiva trazer para o debate alguns aspectos centrais da contribuição dos clássicos e do próprio Marx sobre o movimento do capital no campo, incorporando elementos trazidos para o debate pelo historiador inglês E. P. Thompson.

Trabalho agrícola, valor e mercado

É fato conhecido que a moderna teoria econômica nasceu da observação da produção agrícola, na aurora do capitalismo. Os fisiocratas observaram que o produto do trabalho, quando aplicado à agricultura, crescia semelhantemente ao que ocorre com a massa do pão que cresce ao ser misturada com o fermento. Para François Quesnay, o fundador desta escola, ele próprio filho de um agricultor, na verdade já um empresário rural, uma certa quantidade de arrobas de trigo, aplicadas na agricultura, como insumos da produção agrária, ou seja, sementes para o plantio, alimento para os diaristas e ração para os animais, produziam uma quantidade muito superior de arrobas ao que fora adiantado.² O fato observado era muito simples, mas a conclusão tirada, para a época, foi genial.

Nascia o que Adam Smith chamaria de “o sistema da terra”, pondo fim ao domínio secular do “sistema mercantilista”. Smith universalizou a teoria fisiocrática, ampliando o conceito do valor-trabalho para todos os ramos da

² Ver: Quesnay, 1978.

produção. Ricardo tornou-a mais precisa. O mesmo fizeram com a teoria da renda fundiária. Ricardo pode contar com a contribuição do também arrendatário e agrônomo prático James Anderson, cuja teoria tomou conhecimento através de Malthus. A teoria da renda diferencial explicava o surgimento da renda da terra e o movimento do capital no campo. Estes são os marcos essenciais da teoria clássica da renda fundiária, que daria muitos problemas a Marx. Mas foi através da teoria da renda que Marx chegou ao processo da transformação do valor em preço de produção e preço de mercado, através de sua leitura crítica dos textos de um economista prussiano, Rodbertus.³

Todo esquema clássico está voltado a explicar o movimento do capital, do valor que se aplica como investimento na produção. Ele contém um processo de uniformização. E isso se faz também com a agricultura. Ainda que o elemento principal da produção na época de Smith e Ricardo era o trigo, associado a alguns outros cereais como a cevada, o centeio e a aveia, a agricultura era contudo objeto dos economistas, não como produção de cereais, mas como produção de valor. Era na produção de riqueza, em sua forma de lucros e renda fundiária, obtida pelo capital investido na agricultura, que eles estavam interessados. Seus esquemas teóricos, repetindo na ciência o que passava na cabeça dos milhares de arrendatários e senhores proprietários, estavam voltados para os lucros e a renda fundiária, não apenas como formas de rendimento, mas como objetivo essencial da produção capitalista. No fundo e de fato, já não era mais a produção de trigo, aveia ou cevada o objetivo maior desta atividade humana, mas a produção de excedentes de valor. Eis aí a grande novidade da agricultura, descoberta e proclamada pelo Iluminismo do século XVIII. A nova agricultura, a agricultura dos *fermiers*, deixava para trás a atividade agrícola dos camponeses, e o desenvolvimento sucessivo deveria substituí-la completamente.⁴ Os *fermiers* investiam capital na produção e seu produto líquido garantiria altos rendimentos para a nação. Sua atividade pressupunha o pagamento dos salários dos diaristas, os quais seriam tanto mais dedicados ao trabalho, conforme suas necessidades

³ Ver: K. Marx, Teorias da Mais-Valia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. Vol. II, capítulos 8 a 13.

⁴ Quesnay, 1978, p. 111, nota 5.

fossem satisfeitas apenas no seu exato limite, isto é, fossem mantidas sob controle.⁵

Para que o produto agrícola pudesse transformar-se na forma da riqueza – em dinheiro – era necessário levar os cereais ao mercado, e obter aí a melhor troca para o produto da terra. Quanto maior o preço de mercado, naturalmente, maior o retorno do investimento ao empresário agrário, pois maior seria o seu lucro líquido, e maior a renda fundiária a ser entregue ao *landlord*. Disso decorreria naturalmente um interesse maior em ampliar e intensificar os cultivos. Este seria então o mecanismo natural e principal para atrair o capital para os investimentos produtivos na terra. O próprio mecanismo de preço garantiria sempre e em qualquer circunstância o maior rendimento ao seu produtor. Qualquer interferência do Estado ou de qualquer autoridade para alterar o curso natural dos preços serviria para debilitar o poder natural do mercado de atrair os capitais para os campos.

Esta compreensão que se desenvolve e se firma entre os intelectuais do século XVIII desembocaria necessariamente numa defesa irrestrita do mercado. Assim, a apologia irrestrita do novo modelo agrícola seria fortemente acompanhada pela defesa intransigente do comércio livre de qualquer controle ou limitação. Adam Smith, que viria dar uma dimensão universal à teoria do valor-trabalho e aos princípios teóricos e éticos da nova economia, se consagraria como o defensor incondicional do mercado livre, particularmente do livre comércio dos gêneros alimentícios:

“A liberdade irrestrita de comercializar cereais não só constitui a única medida eficazmente preventiva das agruras da fome, como também representa o melhor paliativo para os inconvenientes de uma carestia; ...”⁶

Esta defesa radical da liberalização total do comércio de grãos, implicou não apenas na afirmação teórica da universalidade e perfectibilidade do mercado, como mediador das relações entre produtores e consumidores, mas uma decisiva

⁵ “Que não se diminua por forma alguma o desafogo da arraia-miúda, porque então ela não poderia contribuir suficientemente para o consumo dos gêneros que apenas podem ser consumidos no país, e a reprodução e o rendimento da nação diminuiriam.” Quesnay, 1978, p. 120.

⁶ Smith, 1985, vol. II, p. 25.

tomada de partido na luta entre as classes dominantes e dominadas no alvorecer da sociedade capitalista. A defesa de Smith dos mecanismos de mercado significa a eliminação de uma infinidade de relações comerciais e não comerciais, muitas consolidadas na legislação tradicional, que garantia o fornecimento de grãos aos assalariados e pobres, de modo a permitir-lhes a sobrevivência. A este conjunto de afirmações teóricas chamou-se de *Economia Política*, seguindo a tradição francesa que já havia chamado os fisiocratas de *économistes*. Quais os efeitos práticos, para a época, desta concepção?

Estudos históricos realizados nas últimas décadas, entre eles particularmente os realizados por E. P. Thompson ⁷, nos revelam, entretanto, que esta *teoria* não apenas não era a única ao tempo de sua emergência, como representou um forte movimento contra as idéias dominantes, presentes tanto na administração pública local como na população trabalhadora em geral. Entre o povo simples reinava a idéia de que o abastecimento deveria seguir determinadas regras, que garantiam o fornecimento especialmente nos anos de escassez do produto agrícola. Regras e costumes que haviam se consolidado em leis já antigas.⁸ E tanto havia leis que garantiam, por exemplo, o suprimento da população onde o trigo era produzido, antes de se permitir a sua exportação para outras regiões, onde eram praticados preços mais elevados, como também inúmeros regulamentos sobre a venda dos cereais, de modo a impedir o açambarcamento do produto por poucos compradores, ou de garantir a preferência de compra aos pobres do lugar, etc.

No entanto, o aumento da demanda pelos gêneros alimentícios, provocada até pelo avanço da revolução industrial, viria a expressar-se em anos sucessivos de aumento no preço do trigo. O aumento de preço, no entanto, provocava uma crise social expressa em uma real ou aparente escassez de alimentos, que no entanto tinha como resultado a fome das parcelas mais pobres da população. Em face deste quadro de penúria, em diversos distritos da Inglaterra pipocam as

⁷ Nos referimos especialmente aos artigos “*A economia moral da multidão inglesa no século XVIII*” e “*Economia moral revisitada*” reunidas no volume **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁸ Como, por exemplo, o Book of Orders. Cf. Thompson, 1998, p. 176.

revoltas, apelidadas de “motins da fome”. Para compreendê-los o historiador E. P. Thompson desenvolve o conceito de “economia moral”, fornecendo assim uma chave para entender o comportamento coletivo da população pobre, incapaz de alimentar-se em decorrência da alta do preço do gênero alimentício fundamental da época – o trigo. Para Thompson, a economia moral nascia entre a população que pensava e agia com seus valores e leis tradicionalmente vigentes. Contra a noção corrente de direito de comprar comida com os recursos que sempre se dipôs surgia, de forma avassaladora, a defesa dos mecanismos de mercado, que findaria por produzir efeitos desastrosos para a população pobre e assalariada.

O que as pesquisas históricas enfatizam é que a liberalização do comércio, particularmente com relação aos produtos da terra, não foi o resultado de uma teorização conseqüente em base a observações de caráter empírico, mas uma tomada de posição por um dos lados em conflito. Não foi o resultado de uma nova ciência, nascida da observação das novas relações econômicas emergentes, mas uma produção “ideológica”, isto é, produzida como efeito da tomada de partido da parte de teóricos como Adam Smith:

“Do modelo *laissez-faire*, devemos dizer apenas que não é comprovado empiricamente; é inerentemente improvável; e há alguma evidência em contrário. (...) Não há nenhum veredicto histórico final depois de mais de duzentos anos: Adam Smith teorizou um estado de competição perfeita, e o mundo ainda está esperando por esse estado.”⁹

Em suma, Adam Smith não demonstrou empiricamente, ou seja, com fatos tangíveis, mas apenas proclamou *em tese*, a universalidade do mercado, como mediador de interesses opostos que conciliaria sempre e em quaisquer condições os interesses opostos de comprador e vendedor, atendendo desta forma o interesse público. Para fazer *tabula rasa* das diferenças econômicas, sociais e culturais, e negar o valor dos regulamentos que defendiam os pobres e garantiam a sua sobrevivência, foi necessário colocar de lado as noções vigentes¹⁰ que

⁹ Thompson, 1998, p. 216.

¹⁰ Estas noções tinham um fundamento moral e ético, mas tinham também um fundamento econômico específico. Por exemplo, estas práticas garantiam a sobrevivência de segmentos da classe operária. Também para a época não se tratava de superar procedimentos morais para satisfazer as exigências de uma economia racional e natural. Aliás, a própria Economia Política,

respaldavam esses regulamentos, em uso até então. Tratava-se de generalizar as leis do mercado, o que significou não apenas o desconhecimento das práticas sociais estabelecidas, mas destruição dos mecanismos tradicionais de re-equilíbrio social entre produtores e consumidores de trigo, particularmente em situações de escassez de alimentos. A teoria de Smith serviu de bandeira para uma legião de governantes, burocratas e administradores, no país e nas colônias, os quais certamente foram co-responsáveis pelo agravamento das crises de abastecimento e o alastramento da fome na Índia, na Irlanda e outras colônias inglesas.

A “Economia Moral”

O que significa deixar de lado os valores subjetivos dos agentes enquanto valores costumeiros, da tradição, da moral, enfim de toda uma cultura de camponeses? Em face disso, passa-se a pregar uma cultura de total submissão ao mercado, entendido como uma força natural e acima das vontades individuais. Uma *démarche* intelectual com uma enorme repercussão na vida social das multidões, que terminaria por impor toda uma crença no poder e na naturalidade do mercado. Desta forma, a imposição das leis do mercado acima de normas e regras costumeiras de abastecimento da multidão em épocas de carestia, de proteção social aos mais pobres, e a proclamação do valor absoluto e único do mercado como mediador das relações sociais, viria finalmente representar a demolição da noção de uma “economia moral” própria das populações mais pobres e assalariadas em todo o mundo. Um processo que traria em seu seio, da mesma forma, o menosprezo pelas relações familiares e comunitárias, sempre de alguma forma ligadas à produção, tanto no campo como no setor urbano. Cabe então indagar: em que medida o conceito de “economia moral”, resgatado por Thompson ¹¹ do movimento cartista inglês do século XIX, pode nos ser útil para

fundada na naturalidade e racionalidade do mercado, nasceu amparada por considerações de ordem moral e ética. Mas esta é uma questão específica que merece um debate por si só.

¹¹ Thompson, 1998, p. 256.

pensar o limite do pensamento econômico dominante, particularmente no que diz respeito à agricultura familiar?

O conceito de “economia moral” teve grande repercussão após a publicação, em 1971, do artigo “*A economia moral da multidão inglesa no século XVIII*”¹². Neste artigo, o autor de *A formação da classe operária inglesa* utiliza extensivamente o conceito de *economia moral* para entender os *motins da fome* que eclodiram na Inglaterra principalmente na segunda metade do século XVIII e primeiras décadas do século XIX. A publicação deste texto tem servido desde então de inspiração para outros estudos sobre o comportamento social, econômico e político dos camponeses.¹³

A teorização thompsiana, por mais que tenha se restringido a estudos históricos do período de transição do *ancien régime* ao moderno capitalismo na Inglaterra, deixa a questão: em que medida, este conceito, enquanto um conceito que aponta as limitações da “economia política”, ou seja, o reducionismo de tudo – recursos naturais, práticas sociais, valores culturais – à valoração mercantil. Nesta medida, cabe indagar: poderá o conceito de economia moral contribuir para uma nova compreensão das dinâmicas e processos inerentes aos sistemas camponeses no Brasil de hoje?

A agricultura familiar mantém-se por meio de uma relação com a natureza – o uso do solo, o uso da vegetação natural, por exemplo – que está em relação com seus objetivos produtivos que se subdividem em produção de bens para o consumo direto e em produção para o mercado. A reprodução da família, que em si mesma tem um valor social, político e cultural enorme, se faz portanto em base às duas direções que tomam o trabalho na comunidade: a produção para o consumo imediato e para o mercado. A reprodução das famílias e da comunidade – e nisto podemos incluir tudo o que é produzido para a comunidade, como por exemplo, o que se destina aos serviços que uma família presta à vizinhança, como o plantio de ervas medicinais, o oferecimento gratuito de sementes (como é comum no caso da maniva, da rama da mandioca, ou da rama da batata doce em

¹² In *Past and Present*, No. 50, 1971.

¹³ Dois autores, com trabalhos mencionados pelo próprio Thompson: James C. Scot, *The moral economy of the peasant* (A economia moral do camponês) 1976, e *Weapons of the weak*, (Armas do fraco) 1985 e

todo o Nordeste, por exemplo), como também a realização das festas coletivas, das comemorações, etc – se faz pelo desenvolvimento de estratégias que tanto incluem a produção para o mercado com a produção direta de bens e serviços para o consumo familiar e local.

A agricultura familiar desenvolve portanto um conjunto de estratégias voltadas à reprodução da vida do grupo, desenvolvendo tanto suas formas de produção, como de realização social e de expressão cultural. Este conjunto de bens e serviços é parte constitutiva da reprodução da unidade familiar. Desenvolver este leque de bens e serviços não é a mesma coisa do que “desenvolver”, ou simplesmente aumentar o valor mercantil destes bens e serviços. É preciso portanto ver o metabolismo social da família camponesa em sentido amplo, e não apenas limitado às relações mercantis. A questão, portanto, é reivindicar uma noção de “economia” que incorpore todas as expressões materiais e imateriais da cultura familiar e comunitária como valores “moralmente” ou “culturalmente” econômicos, isto é, como fatores que ampliam as possibilidades de vida e de reprodução da comunidade camponesa, nos marcos dos valores morais e culturais relevantes para a família e para a comunidade como um todo. Mas isso não é a mesma coisa do que ampliar a inserção no mercado dos bens e serviços dessa comunidade, ou seja, a sua transformação em valores mercantis.

Conclusão

As análises do historiador Thompson nos levam, portanto, a reconhecer que é mister resgatar a agricultura familiar como fundada em um espectro de fatores cuja apreensão prática – pelo agricultor – e teórica – pelos analistas – não pode reduzir a “fatores de produção” em um processo de produção de valor, a ser realizado necessariamente pela troca de mercadorias. Mesmo porque o metabolismo social dos agricultores familiares – a produção da vida familiar, o

consumo alimentar, as trocas comunitárias, a reprodução da cultura, além de muitos outros aspectos constitutivos dos sistemas agrários camponeses não são mediados pela troca mercantil. Também do ponto de vista social global, do ponto de vista da sociedade abrangente, trata-se, no caso da produção agrária familiar, mesmo que esta se faça em grande parte através do intercâmbio de mercadorias, de um empreendimento que tem uma função social que é realizada em grande medida sem a mediação do mercado. Do ponto de vista dos clássicos da economia, o objetivo do mercado realmente existente é realizar lucros e renda fundiária, permitindo a acumulação ampliada de capitais. A função do mercado, do ponto de vista da reprodução do sistema, é realizar os excedentes obtidos na produção. A finalidade da agricultura camponesa não é realizar excedentes, mas reproduzir a vida da família e da comunidade. E nem se trata de reproduzir a vida, secularmente, da mesma forma, mas pela afirmação de uma cultura que se renova, e que é capaz de, a cada dia, descobrir novos padrões de relação com a natureza e com a sociedade abrangente.

Sabidamente a produção rural tem como base o patrimônio natural (a terra e suas condições naturais específicas) e o patrimônio material e cultural (as técnicas e as relações sociais), à disposição de cada geração de agricultores, o que relativiza e diversifica os efeitos do fator capital no empreendimento agrário. A crítica teórica ao reducionismo completa-se com a demonstração de que, para os agricultores familiares, o fator capital se apóia na eficácia relativa de elementos que não podem ser apreendidos e muito menos quantificados pela contabilidade capitalista. Por que não podem ser quantificados? Porque são elementos variáveis, que participam da produção de forma diversa, tem uma natureza social e uma origem diversa dos bens que podem ser quantificados pela valoração mercantil. Mas a teoria econômica faz *tabula rasa* disso. As recentes pesquisas empíricas sobre a agricultura familiar demonstram, além disso, que, na medida que há uma barreira – e há sempre uma barreira muito forte – ao incremento do fator capital, o agricultor familiar maximiza o uso de outros fatores, como a potencialidade natural do solo, as relações familiares e comunitárias de trabalho, as técnicas conhecidas e dominadas. E aqui não se trata apenas da tradição pois

estudos diversos têm demonstrado o interesse e a capacidade dos agricultores inovarem mesmo no âmbito dos produtos da sua subsistência.

Em todo este leque de possibilidades, o agricultor familiar demonstra estar aberto tanto à inovação como à assimilação de elementos novos na sua relação com o meio ambiente em que está inserido. Amplia-se assim a complexidade dos agroecossistemas em que está envolvido. Desta forma, o peso relativo dos outros fatores não mediados pelo mercado adquire uma importância determinante, fato que o conceito de agroecossistema deve incorporar.

Bibliografia

Quesnay, François. Quadro Econômico. Trad. Teodora Cardoso. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1978.

Thompson, E. P. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Smith, Adam. A riqueza das nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas. (2 vols.) Trad. L. J. Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Ricardo, David. Princípios de economia política e tributação. Trad. P. Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

Marx, Karl. Teorias da mais-valia. Trad. Reginaldo Sant'Anna. (3 vols.) Rio de Janeiro: Difel, 1983.